



Brasília, de 01 setembro de 2021.

## OCUPAR AS RUAS NO GRITO DOS EXCLUÍDOS

A crise econômica do país já cria fissuras de setores do capital empresarial que apoia o governo Bolsonaro. A expressão disso foi a nota da FIESP de Paulo Skaf e mais duzentas entidades empresariais em defesa da democracia. A nota entra em colisão com a linha política adotada pelo governo de constante ameaça para aplicar um golpe de estado e ataque aos demais poderes Legislativo e Judiciário. É óbvio que o setor empresarial está de olho na queda dos lucros devido à desastrosa política econômica de Guedes e à instabilidade política criada por Bolsonaro. Nesse sentido, parte dos empresários começam a abandonar o barco de apoio às políticas do governo. Com a crise, cresce a rejeição de Bolsonaro junto à população, o que evidencia o seu enfraquecimento. Com aumento de 50% da taxa extra na tarifa da energia, da bandeira vermelha, a chamada bandeira da escassez hídrica, a quarta estipulada esse ano, a população, além de pagar mais caro, ainda corre o risco de sofrer com o apagão. Esses aumentos projetam a inflação de 7,5% em 2021, o que diminui o poder aquisitivo das famílias e aumenta o seu grau de miserabilidade. Outro fator é a queda do PIB – o Produto Interno Bruto que foi negativo no primeiro trimestre deste ano, -3,8%. A resposta do governo para toda essa crise é aumentar a radicalização de seu discurso e desmontar o estado através das reformas, em especial a da PEC 32. Dessa forma, insufla os setores extremistas da sua base de apoio defendendo a política armamentista e ainda usa as ações milicianas do setor que exerce o controle. Com tudo isso, não há outra saída senão aumentar as manifestações de rua, sendo assim o quinto ato de rua esse ano no dia 7 de setembro, o Grito dos Excluídos toma outra dimensão frente às ações que esse governo tem desenvolvido. Bolsonaro oferece à população a política genocida nesta Pandemia, o aumento do desemprego, ameaças do fim do estado de direito, o aumento da violência através da política armamentista, e a corrupção sistêmica da sua família. Todos esses elementos colocam as entidades sindicais e sociais na linha de frente na defesa da democracia, da vida acima do lucro e dos direitos dos povos em situação de vulnerabilidade. Uma representação da Direção Nacional(DN) da FASUBRA está em Brasília, pressionando os parlamentares, participando de ações para barrar a PEC 32 e na organização dos atos do Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro, em conjunto com Fórum das Entidades do Serviço Público e as centrais sindicais. Além de acompanhar a tramitação da reforma administrativa, a DN FASUBRA está atuando em conjunto com as entidades da educação contra a PEC 13 que desobriga a União, estados e municípios da aplicação de percentuais mínimos da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2020, ou seja, novo calote na educação. A DN FASUBRA orienta as entidades de base a utilizarem as peças publicitárias contra a PEC 32, produzidas pela federação e pelo FONASEFE já disponibilizadas para serem divulgadas em outdoors, busdoor nos estados, videos, participar das atividades do grito dos excluídos, fortalecer a jornada de lutas aprovada em reunião de entidades que compõem o FONASEFE, enviando representação a Brasília entre os dias 14 a 16 de setembro. Orienta também a necessidade de manutenção da pressão aos parlamentares em seus escritórios políticos, aeroportos e em seus redutos políticos. O momento é agora, derrotar Bolsonaro é barrar a PEC 32.

**#FORA BOLSONARO MOURÃO!**



## PEC 32 É O FIM DO PCCTAE E DE TODAS AS CONQUISTAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Na tarde de ontem, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, da Comissão Especial PEC 32, Fernando Monteiro, e o relator, Arthur Maia, apresentaram através de coletiva à imprensa o relatório da Reforma administrativa - PEC 32. Em seguida foi protocolado o texto pelo relator junto à Câmara dos Deputados. A proposta do presidente da CE o deputado Monteiro é de realizar a leitura do relatório na sessão de 01/09 na Comissão Especial e levar a votação ao plenário em 14 e 15 de setembro, com acordo para não haver obstrução. Na proposta de relatório apresentada não há novidades. Dentre outros pontos, embora tenha mantido a estabilidade, reforça a demissão por insuficiência de desempenho. Os demais pontos apresentados avançam no sentido de tentar atrair os deputados do Centrão e os indecisos para votar a favor do relatório. Essa proposta representa um ataque frontal ao PCCTAE, pois uma vez que existe a proposta de seis avaliações nos seis primeiros anos haverá uma grande rotatividade de técnicos e também atingirá os aposentados, pois acaba com a paridade entre ativos e aposentados. Também é importante reafirmar que não houve nenhuma palavra sobre a privatização do serviço público, constante do artigo 37-A, ou seja, a intenção é de manter esse artigo na íntegra. A direção Nacional da FASUBRA está em Brasília acompanhando esse processo, e encaminhará as propostas apresentadas pelo relator para análise da assessoria jurídica e da CNSC. Veja abaixo alguns itens da proposta do relator.

### Pontos do relatório da Reforma Administrativa - PEC 32:

- Não haverá contrato de tempo determinado e vínculo de experiência;
- Mantido o regime jurídico atual para os servidores até o momento. Mantida a estabilidade para os futuros servidores;
- Permanece o contrato temporário – atual – com nova regulação, seleção simplificada, estabilidade temporária com avaliação de desempenho para exoneração. Sinaliza que poderá substituir atribuições exercidas por concurso público;
- Não adota os conceitos de vínculo de experiência e vínculo de prazo indeterminado;
- Neste momento, ainda não se pronunciou sobre cargos típicos ou exclusivos;
- Outras informações indicam que os elementos de privatização de serviços públicos estão mantidos;
- Avaliação de desempenho por aplicativo, com participação obrigatória do "usuário", com período ampliado (provavelmente a partir de 5 anos);
- Retira o "vínculo por tempo determinado", regulamentando o trabalho temporário, o que já era desejo dos liberais. Lembrando a ampliação da participação de temporários no serviço público;
- Retira o vínculo de experiência, criando 6 avaliações de desempenho durante os 3 anos do estágio probatório.

Veja a proposta integra no link:

<https://bit.ly/3jxBWVa>



## RELATÓRIO DA REUNIÃO VIRTUAL DO FONASEFE - 31 DE AGOSTO

Entidades presentes:

ANDES-SN (Blume), FENASPS (Moacir, Laura, Deise, Lídia, Walter), CONDSEF (Rogério), SINASEFE (Lobão, Diego, Lucrécia), ASSIBGE-SN (Paulo) FENAJUFE (Fabiano, Thiago), ASFOC-SN (Paulinho), FASUBRA (Toninho), SINDIRECEITA (Geraldo), SINAIT (Marco Aurélio, Loudes), SINAL (Tancredi), UNACOM (Rudinei), PROIFES (Ana Maria, Flavio Silva), SINDIFISCO NACIONAL (Kurt), convidados: SINTRAJUF-PE (Manoel Gerson),

Pauta: 1. Informes; 2. A Luta contra a PEC

Informes

Diante da continuidade do acampamento indígena em Brasília, foi feito um apelo a todas entidades do FONASEFE para reforçar a solidariedade aos povos indígenas.

A Luta contra a PEC

O show de Zeca Baleiro e do faixão confeccionado em São Paulo, gera a seguinte despesa:

- 1) Artista – R\$ 22.000,00
- 2) Produtora – R\$ 6.500,00
- 3) Faixão – R\$ 16.500,00

O rateio será feito com contribuições de R\$ 3.000,00 por entidade, a ser depositado na conta do ANDES, entidade que assinou o contrato com a produtora e o artista. O depósito deve ser feito até a quinta-feira, dia 02/09/21, pois, a coordenação da campanha se reunirá na sexta para tomar providências para garantir a realização de toda a programação deliberada em nossa reunião na luta contra a PEC 32.

A entidade ao fazer o depósito deve encaminhar um e-mail para o ANDES-SN para que seu recibo seja providenciado. Após o pagamento das despesas, todas as entidades que participaram do rateio receberão cópia da nota fiscal no valor total para anexar ao seu recibo.

O dinheiro arrecadado servirá para cobrir a despesa do faixão confeccionado em São Paulo, restituindo o valor pago pela FENAJUF.

O FONASEFE orientará as suas entidades de base a participarem ativamente da construção do ato 7 S;

O FONASEFE apresentará ao operativo das centrais sindicais a proposta de realização de uma atividade on-line com os servidores de todo Brasil fortalecendo a jornada de luta de 14 a 16/09 em Brasília. Nossa proposta é que essa atividade seja chamada de ASSEMBLEIA NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES (AS) PÚBLICOS(AS);

O FONASEFE buscará construir um show com artistas regionais que se engajam na nossa atividades com o nome BRASIL CONTRA A PEC 32;

O FONASEFE vai produzir artes de outdoor, faixas e cartazes com a campanha SOS SERVIÇO PÚBLICO e as caras de deputados para a jornada de luta em Brasília;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

O FONASEFE produzirá spot para ser divulgados em rádios e carro de som em todo Brasil;

O FONASEFE desenvolverá uma intensa pressão aos parlamentares na busca do vira voto, com visitas às casas dos parlamentares, aeroportos, internet, etc.

A reunião da coordenação da campanha, a ser realizada no dia 03/09/21 deve discutir proposta de viabilizar a execução do que deliberamos.

## ISP MANIFESTA APOIO À LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A Direção Nacional da FASUBRA reafirma a sua posição de apoio às comunidades dos povos originários do Brasil, que vem sofrendo um grande ataque com a PL 490/2007 - Marco temporal no Brasil. Como se não bastasse a política ecocida, etnocida que tem destruído a região onde vivem os indígenas, seja através das queimadas ou pela política do agronegócio e a ação de garimpeiros, o governo tenta limitar a história do povo indígena a partir da constituição de 1988. Para enfrentar mais esse ataque foi levantado o Acampamento Luta pela Vida em Brasília que mobilizou mais de 6 mil indígenas para lutar em defesa dos seus direitos. A DN da FASUBRA visitou acampamento essa semana, prestou solidariedade ativa à luta dos povos originários e apoiou a permanência do acampamento doando materiais solicitados pela coordenação. A mobilização realizada na capital do país é para aguardar o julgamento do Marco Temporal, reaberto pelo STF. A FASUBRA apoia o direito à terra dos povos originários e assina a nota da ISP denunciando esse ataque por parte do governo aos povos originários do Brasil.



INTERNACIONAL DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS

ESCRITÓRIO SUB-REGIONAL DA ISP PARA O BRASIL  
Rua da Quitanda, 162 - 4º andar  
01012-010 - São Paulo - SP Brasil  
T/ + 55 1131204947 F/ + 55 1132577371

A Internacional de Serviços Públicos, sindicato global organizado em 154 países e que representa 30 milhões de trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo, vem, por meio de seu Comitê de Combate ao Racismo e à Xenofobia no Brasil e em conjunto com todas as entidades sindicais filiadas à ISP no país, expressar forte apoio aos milhares de representantes de centenas de povos indígenas que estão mobilizados no "Acampamento Luta pela Vida" em Brasília, Distrito Federal, em prol da defesa de suas terras.

A mobilização reivindica que o Supremo Tribunal Federal mantenha a demarcação de terras indígenas já existentes no país.

A decisão foi adiada mais uma vez, agora para 1º de setembro, e diz respeito ao chamado "Marco Temporal", que caso aprovado pode anular cerca de 63% das terras indígenas já reconhecidas oficialmente. Dessa forma, somente seriam consideradas terras legalmente reconhecidas as demarcações já ocupadas e tituladas por indígenas no momento da promulgação da Constituição de 1988.

A aprovação do Marco Temporal só interessa aos exploradores ruralistas e ao governo Bolsonaro a eles alinhado. A ação, apesar de ter sido iniciada em Santa Catarina com a intenção de tomar do povo xokleng a terra Ibirama-Laklãnõ, onde vivem também povos guarani e kaingang, terá efeito nacional, impactando portanto todo o país e as futuras demarcações no Brasil.

O Marco Temporal fere o princípio do artigo 231 da Constituição: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Nossa história vem de longe. Assim como os quilombos foram e são espaços de resistência à escravidão, o direito indígena às terras, que antecede a própria formação do Estado brasileiro, é uma importante ferramenta de luta contra as modalidades atuais de exploração e escravidão. Essa luta é de todos nós, pois se trata de reafirmar o direito a uma vida digna e não mercantilizada.

**Não ao Marco Temporal, Sim ao Direito Original!**

WWW.PUBLICSERVICES.INTERNATIONAL

A Internacional de Serviços Públicos é uma Federação Sindical Internacional que reúne mais de 700 sindicatos que representam 30 milhões de trabalhadores em 154 países. Levamos as suas vozes às Nações Unidas, à OIT, à OMS e outras organizações regionais e mundiais. Defendemos os direitos sindicais e trabalhistas e lutamos pelo acesso universal a serviços públicos de qualidade.

PRESIDENTE  
DAVE PRENTIS  
SECRETARIA-GERAL  
ROSAN FAVARELLI  
SECRETÁRIO-REGIONAL  
JOCELIO DRIBMOND



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

<b>CALENDÁRIO</b>	
<b>SETEMBRO</b>	
07	Grito dos excluídos - Ato Fora Bolsonaro
09 e 10	Reunião da DN FASUBRA
10 e 11	Pressão nos parlamentares nos escritórios políticos e nas bases eleitorais
11	Atos nos aeroportos
14 a 16	Jornada de luta contra a PEC 32
23	Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de Mulheres e Crianças